

- 2 Hotelaria e restauração: parceiros sociais exigem crédito a fundo perdido** **3 Entrevista: porquê vacinar-se contra o coronavírus?** **4 Formação Progresso: formação gratuita da hotelaria e restauração**

Nr. 1 | fevereiro 2021 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Contra o endurecimento dos direitos dos migrantes

Porque a pobreza não é um crime

**A POBREZA
NÃO É
UM CRIME**

Recorrer à ajuda social é um direito, não um crime. A aliança «A pobreza não é um crime» luta pelos direitos dos estrangeiros

O direito a assistência numa situação de emergência é um direito fundamental. Está consignado na Constituição e todos na Suíça têm acesso a ele. Na prática, no entanto, os migrantes não podem fazer uso deste direito. Porque se receberem ajuda social correm o risco de perder a sua autorização de estadia ou de residência e ser expulsos da Suíça. Agora foi criada uma aliança para lutar contra esta discriminação dos estrangeiros.

Marília Mendes

No início da pandemia apareceram nos meios de comunicação social suíços imagens que chocaram o mundo. Em Genebra e Zurique, cidades ricas, formaram-se algumas vezes longas filas de pessoas à espera da distribuição de alimentos. Eram, com frequência, migrantes com uma autorização de estadia na Suíça, agora numa situação difícil devido à crise provocada pelo coronavírus. Porque não se dirigiram aos serviços sociais para receber o auxílio a que têm direito? Por receio de perderem o seu direito de estadia na Suíça. Muitos migrantes perderam (e continuam a perder) os seus empregos por causa da crise do coronavírus. Não querem, além disso, correr o risco de terem de deixar a Suíça.

Instrumentalização da ajuda social

Isto é possível devido a um estranho paradoxo: os migrantes podem ser punidos por fazerem uso de um direito. O direito a ajuda em caso de necessidade é um direito fundamental. Mas, as

personas sem passaporte suíço que recebam ajuda social podem perder a sua autorização de estadia ou residência e até ser expulsas da Suíça. Desde a entrada em vigor da Lei dos Estrangeiros e da Integração (AIG/LEI/LStrI) em Janeiro de 2019, isto pode acontecer a todos os migrantes, independentemente de há quanto tempo vivam na Suíça. Podem ser expulsos mesmo que tenham nascido ou crescido aqui. Desta forma, a lei da migração instrumentaliza a situação de aflição das pessoas e a ajuda social como mecanismos de controlo da migração.

Política de migração através dos serviços sociais

O endurecimento da AIG/LEI/LStrI é uma injustiça que tem de ser corrigida. O Partido Socialista (PS), o Unia, o Observatório Suíço do Direito de Asilo e dos Estrangeiros (SBAA) e a SAH Zurique lançaram uma aliança não partidária para este fim. Porque as pessoas pobres não devem ser discriminadas e punidas duplamente pela sua pobreza.

Samira Marti, Conselheira Nacional pelo PS, diz em nome dos membros da aliança: «Quero um Estado social que liberte as pessoas e não as assedie. Neste momento, no entanto, está a acontecer exactamente o contrário. Isto atinge em especial os estrangeiros porque o seu direito de permanência no país está a ser posto em risco. Este tratamento desigual, em que uma política repressiva de migração é praticada através das instituições sociais, incomoda-me extremamente».

Objectivos da aliança

A aliança tem por objectivo promover o debate público sobre o endurecimento da lei de migração. E pretende tomar medidas concretas para combater este endurecimento. As pessoas potencialmente afectadas também devem ter uma palavra a dizer. Hilmi Gashi, chefe da área de migração do Unia, pensa que «é uma questão de autodeterminação lutar pelos próprios direitos e combater a injustiça. Esperamos, por conseguinte, que haja uma grande

participação de migrantes e das suas associações». Seguindo as palavras de Samira Marti, também a aliança «não quer fazer política para os afectados como uma advogada de defesa, mas lutar juntamente com eles pela melhoria da sua situação». Para aumentar a pressão sobre as instituições, as organizações da sociedade civil têm de se manter unidas e levantar as suas vozes. A aliança «A pobreza não é um crime» fornece o enquadramento para tal.

As associações de migrantes podem inscrever-se em: <https://sp-ps.typeform.com/to/kuzX1GRS>, ou enviar um email a pol@unia.ch.

E todos nós, com ou sem passaporte suíço, podemos assinar a petição da aliança dirigida aos membros do Parlamento, bem como apoiar outras actividades. Consulte a página da aliança (em português): Petição – Poverty is not a crime! (poverty-is-not-a-crime.ch)

Editorial



Solidários para sair da crise – agora é a nossa vez!

A pandemia do coronavírus continua a pesar sobre a Suíça. Ela traz, além de grande sofrimento humano no presente, muita incerteza para o futuro. Para que os custos da crise não tenham de ser pagos pelos trabalhadores, a nossa prioridade para os próximos meses é lutar contra as devastadoras consequências da crise. Se necessário, com medidas de luta colectivas em caso de despedimentos colectivos.

Mas resistir só não chega. Para mantermos a nossa capacidade de acção, temos de nos orientar pelas prioridades sindicais que definimos juntos. O slogan «solidários para sair da crise – agora é a nossa vez» serve como fio orientador das nossas actividades em 2021. Ele liga os três eixos da nossa campanha, que tem diferentes momentos de mobilização: 1) «Solidariedade na protecção da saúde» com o «dia da prestação de cuidados de saúde» a 12 de Maio. 2) «Valorizar as profissões femininas» com actividades em diferentes localidades a 14 de Junho. E 3) «Suportar solidariamente as consequências da crise» com uma manifestação nacional a 18 de Setembro, o momento alto de mobilização neste ano.

Com estas mobilizações, queremos criar condições favoráveis para melhor negociarmos os contratos colectivos de trabalho (CCT), para melhorarmos o poder de compra e assegurarmos postos de trabalho. Pretendemos impedir desregulamentos, alcançar igualdade salarial e melhorar as condições laborais nos postos de trabalho. Além disso, queremos impedir que os empregos de prestação de cuidados na área da saúde sejam desmantelados a longo prazo. E que o Unia seja cada vez mais valorizado como um sindicato forte nas profissões das áreas de serviços, que se empenha em especial pelas condições de trabalho das mulheres.

Vania Alleva

Notícias breves

Prestações transitórias para trabalhadores mais velhos desempregados

A nova lei federal sobre as prestações transitórias para trabalhadores mais velhos desempregados (ÜLG/LPTra/LPTD) entrará em vigor na segunda metade de 2021. Com a nova lei, pessoas com mais de 60 anos que tenham perdido o direito ao seguro de desemprego podem receber prestações transitórias até chegarem à idade da reforma. Mas isso só acontece caso tenham trabalhado tempo suficiente na Suíça e possuam poucos bens. A 18.12.2020, o Parlamento decidiu que também aquelas pessoas que percam o direito ao subsídio de desemprego a partir de 1 de Janeiro de 2021 e que preencham todas as outras condições prévias, podem fazer valer o seu direito às prestações transitórias a partir da data da entrada em vigor da lei. Mais informações em <https://www.bsv.admin.ch/bsv/de/home/sozialpolitische-themen/soziale-absicherung/aide-aux-chomeurs.html>.

Apelo a testemunhos: filhos de saisonniers que tenham vivido «escondidos» (1946-2002)

No âmbito de um projecto de investigação em história contemporânea da Universidade de Neuchâtel, Magali Michelet, estudante de doutoramento em História Contemporânea, procura pessoas que, quando crianças, tenham vivido dificuldades ligadas à proibição de reagrupamento familiar dos trabalhadores «saisonniers» na Suíça. Mais especificamente, procura pessoas que em criança tenham sido forçadas a viver «escondidas» na Suíça durante um certo período de tempo. Ela agradece qualquer informação ou contacto. Se tiver informações relativamente às «crianças escondidas dos saisonniers», contacte Magali Michelet: magali.michelet@unine.ch ou através do tlm 079 576 29 14. Para mais informações, consulte o projecto de investigação: <https://www.unine.ch/shm>.

Meios de comunicação interessam-se pela problemática de estaleiros de obras limpos e seguros

Nos estaleiros das obras – sobretudo nos ramos de acabamentos – a situação higiénica agravou-se em tempos de pandemia. Casas de banho inutilizadas ou salas de descanso sem aquecimento fazem parte do dia a dia nas obras. Agora, no entanto, há também o problema da falta de cumprimento das medidas de higiene, além do facto de os restaurantes estarem fechados. Os meios de comunicação interessam-se por estas questões. O Unia apela aos trabalhadores para darem testemunho das suas experiências. Assim poderemos tornar os problemas visíveis e intervir junto dos empregadores.

Assembleia de delegados do sector terciário: «Nós não pagamos o preço da crise!»

Na sua reunião virtual do dia 25.1.21, os delegados do sector terciário aprovaram uma resolução exigindo que os trabalhadores sejam apoiados durante a crise provocada pelo coronavírus. Estando já há um ano na linha da frente a fazer face a dificuldades, estes empregados merecem mais do que nunca condições de trabalho seguras, bem como um salário e um subsídio de horário de trabalho reduzido que cheguem para viver. Além disso, foi atribuído o «Prix Engagement» para sócios do Unia que se tenham destacado pela sua acção corajosa. O prémio foi este ano atribuído a Amandine Barutz Jutzeler (enfermeira) e a Clotilde Pinto (vendedora), bem como a dois grupos de trabalhadores que se empenharam com sucesso contra despedimentos colectivos nas suas empresas.

CCT de cabeleireiros declarado de força obrigatória
Acabar com a pressão salarial e o dumping de preços

Os sindicatos Unia e Syna e a associação do ramo de cabeleireiros Coiffure Suisse estão satisfeitos por o Conselho Federal ter declarado no início de Dezembro de 2020 o contrato colectivo de trabalho (CCT) para o ramo de cabeleireiros de força obrigatória. A protecção dos trabalhadores é assim assegurada de forma eficaz.

Igor Zoric, membro da direcção do sector terciário

O novo CCT do ramo de cabeleireiros entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2021. Antes disso, os parceiros sociais já tinham acordado o prolongamento do contrato colectivo de trabalho até 31 de Dezembro de 2022. O novo CCT prevê, a partir de 1 de Janeiro de 2022, um aumento dos salários mínimos (CHF 30 ao mês) para os trabalhadores com mais de cinco anos de serviço. O CCT permite melhorar e proteger as condições de trabalho de cerca de 11 500 trabalhadores.

Avaliação positiva por parte dos parceiros sociais

Os parceiros sociais fazem um balanço positivo das actividades de controlo alargado no sector. Estas põem fim ao dumping salarial e à pressão dos preços no sector. As medidas de protecção contra o coronavírus desenvolvidas por Coiffure Suisse em colaboração com os parceiros sociais provaram ser eficazes. Para os parceiros sociais, é uma prioridade máxima que as medidas continuem a ser estritamente implementadas. O ramo dá assim um importante contributo para a protecção dos trabalhadores e para a contenção da pandemia.

Para informações mais detalhadas, contacte o secretariado do Unia da sua região.



Melhores condições de trabalho graças ao CCT de cabeleireiros

Lares de idosos e casas de repouso

Há muito que se impõe uma melhor protecção

A grande maioria dos óbitos associados ao coronavírus ocorre em lares e casas de repouso de idosos. A nova mutação do coronavírus representa agora uma ameaça ainda maior para estas estruturas de acolhimento. Em vez de deixarem os lares entregues a si próprios, o governo federal e os cantões devem adoptar medidas de protecção mais eficazes: nos lares são necessários testes à covid-19 regulares e abrangentes. E os prestadores de cuidados infectados devem poder ficar em isolamento.

Desde o início da pandemia, já faleceram em toda a Suíça mais de 4000 utentes de casas de repouso devido ao coronavírus. O pessoal nos lares está sob pressão há meses. O trabalho adicional na prestação de cuidados devido a doenças, a falta de pessoal e o acompanhamento a pacientes terminais leva a uma enorme sobrecarga dos prestadores de cuidados.

Necessários testes abrangentes

As mutações do vírus representam novos desafios para os lares. O Unia exige do governo federal e dos cantões medidas imediatas e eficazes. Estas incluem testes regulares e abrangentes de utentes e prestadores de cuidados. Os resultados positivos dos testes deverão conduzir, em particular, a um consequente isolamento do pessoal

Não deixar os lares entregues a si próprios

Para a testagem abrangente do pessoal e dos utentes são necessários recursos humanos. Se os prestadores de cuidados ficarem em isolamento, a escassez de pessoal irá agravar-se. Por isso, a Confederação e os cantões têm de apoiar os lares de forma adequada: por um lado, têm de suportar os custos dos testes e, por outro, têm de fornecer pessoal adicional para realizar os testes e prestar cuidados, quer através da criação de núcleos de pessoal, da protecção civil ou de pessoas a cumprir serviço cívico ou, na melhor das hipóteses, membros das forças armadas.

Evitar redução de postos de trabalho

Devido a menos admissões e óbitos, a pandemia está a levar à diminuição da taxa de ocupação de camas em muitos lares de idosos. No entanto, o financiamento dos lares e a repartição dos postos de trabalho estão dependentes da ocupação de camas. Por essa razão, existe o risco de que estas perdas, bem como os custos adicionais no combate à pandemia, sejam transferidos para o pessoal pela redução de postos de trabalho. Isto não pode acontecer! A Confederação e os cantões têm de apoiar financeiramente os lares de idosos, porque estes precisam de pessoal suficiente, senão mesmo adicional, a fim de assegurar cuidados bons e dignos



É necessário mais protecção das pessoas que cuidam de outras pessoas.

Democracia e discriminação: lições do sufrágio feminino

«Pagar impostos, mas também votar»

Há mais de 100 anos que os movimentos políticos e sindicais na Suíça se vêm mobilizando por uma democracia igualitária. Tiveram sempre de fazer frente à resistência obstinada de forças reacconárias. Há 50 anos a Suíça era um dos últimos países da Europa a implementar o direito de voto para as mulheres com cidadania suíça. No entanto, ainda hoje, as desigualdades entre mulheres e homens existem. E a desigualdade entre cidadãos com ou sem passaporte suíço aumenta. Tomemos o 50.º aniversário do voto feminino como oportunidade para falar sobre estas desigualdades e os obstáculos ao sufrágio universal.

Julius Kopp e Marie Saulnier Bloch

Longa luta feminista por direitos políticos

A 7 de Fevereiro de 1971 foi concedido o direito de voto às mulheres com cidadania suíça. Foi o resultado de longas e amargas lutas: o direito de voto das mulheres já tinha sido uma reivindicação da greve geral de 1918. A sua implementação alimentou a luta das mulheres. No dia 14 de Junho de 1981, a igualdade entre mulheres e homens foi consignada na Constituição Federal e a correspondente Lei da Igualdade entrou em vigor em 1996. 50 anos de direito de voto, 40 anos do Artigo da Igualdade, 25 anos da Lei da Igualdade. 2021 é o ano de todas as celebrações? Sim, mas também de mobilização, porque a desigualdade permanece e a democracia suíça está longe de ser igualitária.

Desigualdades persistentes e crescentes

Embora o governo federal e o Parlamento se tenham tornado mais femininos, as mulheres continuam sub-representadas nos centros do poder político, económico e social. São ainda vítimas de discriminação e violência, tanto a nível privado como público. Estas são apenas duas das numerosas razões pelas quais mais de 500 000 pessoas participaram na greve das mulheres em 2019. A par da desigualdade entre homens e mulheres, aumenta o fosso entre as



As mulheres suíças travaram uma longa luta...

pessoas com passaporte suíço e as que não têm este passaporte. Na Suíça, os critérios de naturalização são cada vez mais difíceis e a protecção contra a discriminação é fraca. Vivemos num sistema político de segregação jurídica, social, económica e política. Embora o país não possa funcionar sem os cerca de 2 milhões de mulheres e homens sem passaporte suíço, as suas vozes não são ouvidas. Quanto menos se ouve esta grande parte da população suíça, mais alto devem todos levantar a voz.



... pela igualdade de direitos civis

Situação desesperada no sector da hotelaria e restauração

Parceiros sociais exigem crédito a fundo perdido

A pandemia afecta fortemente o sector da hotelaria e restauração. Juntamente com os parceiros sociais, o Unia exige do Conselho Federal apoio rápido para o sector. Perante a actual crise do coronavírus, são necessários de imediato créditos a fundo perdido.

Hilmi Gashi

Devido ao aumento das infecções, o Conselho Federal reforçou as medidas de luta contra o coronavírus. Estas levaram ao encerramento da maioria dos estabelecimentos do sector da hotelaria e restauração e a severas restrições para os restantes.

O dinheiro falta

A situação para milhares de estabelecimentos é desesperante. Muitos já tiveram de encerrar definitivamente e dezenas de milhares de empregos já foram ou estão prestes a ser perdidos. Infelizmente, o pagamento dos subsídios prometidos (casos de excepção) ainda não chegaram aos estabelecimentos, apesar de estes necessitarem urgentemente deste dinheiro. Também não é claro nem previsível que estabelecimentos podem contar com o subsídio e quando o receberão.

Protecção da saúde e segurança social

Face à crise extraordinária, a responsabilidade repartida entre o Conselho Federal e os 26 cantões está a revelar-se muito morosa. A protecção da saúde e a segurança social têm de ir a par e passo. São agora urgentemente necessários mais recursos financeiros a fim de salvaguardar os empregos nas áreas que tiveram de fechar devido aos confinamentos ou que estão severamente limitados por confinamentos parciais.

Créditos a fundo perdido

Por esta razão, os parceiros sociais apelam numa carta conjunta ao Conselho Federal que tome o mais rapidamente possível medidas que assegurem a sobrevivência do sector da hotelaria e restauração. Concreta-

mente, o Unia, a Syna, a SCA e as associações GastroSuisse, Hotel & Gastro Union e HotellerieSuisse exigem que os créditos a fundo perdido sejam disponibilizados por decreto de emergência. Estes devem ser imediatamente pagos aos estabelecimentos e de forma uniforme em toda a Suíça.



As empresas necessitam de crédito a fundos perdidos para salvar postos de trabalho

Entrevista



Porquê vacinar contra o coronavírus?

A pandemia provocada pelo coronavírus coloca-nos perante enormes desafios, também no âmbito da saúde. A melhor forma de se controlar a pandemia e proteger todas as pessoas é através da vacinação. O Dr. Christoph Hatz responde a algumas dúvidas relacionadas com a vacina.

De forma geral, porque precisamos de vacinas?

Já há mais de 200 anos que existem vacinas. A primeira que apareceu foi contra a varíola. Graças às vacinas, o número de doenças infecciosas pôde ser drasticamente reduzida.

Por que razão algumas pessoas são contra vacinas?

Há vários motivos. Algumas recusam uma intervenção no próprio corpo. Para elas, aplicar uma substância «estranha» no seu corpo é contra a natureza. Além disso, é possível que surjam problemas de saúde depois de uma pessoa ser vacinada, tal como pode acontecer depois de uma doença. No caso de doença, falamos de sintomas, no caso de vacinas de efeitos secundários. Em princípio, é o mesmo. As vacinas podem ter efeitos secundários, embora estes normalmente sejam insignificantes. É o que acontece no momento em relação à vacina contra a covid-19. Além disso, muitas pessoas que se opõem à vacina acreditam que a indústria vai ganhar muito dinheiro com ela. É possível que isto aconteça no caso da covid-19. Mas no caso da maior parte das vacinas, como contra o tétano, o pólio, sarampo, etc., a margem de lucro é tão reduzida que muitas empresas deixam de as produzir.

A vacinação tem pelo menos duas vantagens: em quase todos os casos, garante a protecção individual da pessoa vacinada contra doenças por vezes mortais. E é um acto de solidariedade. As pessoas vacinadas protegem-se a si próprias e às pessoas que lhes são mais próximas.

Já foi vacinado contra a covid-19?

Eu já fui vacinado contra muitas doenças, naturalmente. Trabalho num hospital cantonal. Tenho muitos contactos com doentes do grupo de risco, por isso já fui vacinado contra a covid-19.

E a vacina contra a covid-19 é eficaz?

Sabemos de estudos que a protecção da vacina é superior a 90% depois de a pessoa ter recebido a segunda dose. Este é um valor sensacional. Pessoalmente, nunca esperei um valor tão elevado. Temos imensa sorte com estas vacinas. É evidente que não podemos excluir efeitos secundários a longo prazo em casos individuais. Mas se pensarmos nas vantagens, temos de dizer que «temos de viver com este risco.»

Na Dinamarca morreram 23 pessoas depois de serem vacinadas contra a covid-19. Está certo vacinar pessoas com idade superior a 75 anos, que podem não suportar a vacina e morrer?

Nos casos de falecimento depois da vacina, também na Dinamarca, não há provas de que as pessoas tenham morrido devido à vacina. As pessoas idosas estão, naturalmente, mais sujeitas a morrerem. A probabilidade de que pessoas com mais de 80 anos morram é maior do que com menos de 70. Ou seja, se se vacina pessoas idosas, também é natural que haja mais falecimentos entre os vacinados. Por outro lado, as pessoas idosas também são as que mais morrem de covid-19. Para evitar as muitas mortes nos lares e nos hospitais, a Suíça decidiu vacinar primeiro estas pessoas. A vida de pessoas com mais de 80 anos também tem valor e deve ser protegida.

As vacinas contra a covid-19 também protegem contra as novas mutações?

Sabemos que as três vacinas agora aprovadas ou a ser aprovadas protegem contra as novas mutações. Dados da Grã-Bretanha mostram que a nova mutação é mais contagiosa do que o vírus original. Isto significa que mais pessoas contraem a doença e que pode haver mais mortes. Isto nada tem a ver com a vacina, mas com o próprio vírus. Limitar os contactos e cumprir as regras de higiene que já todos conhecemos são meios eficazes para reduzir os contágios. É uma corrida contra o tempo, temos de vacinar o mais rapidamente e o maior número de pessoas possível, para criarmos a imunidade colectiva necessária.

Emine Sariaslan

Pergunte, que nós respondemos

Acidente: recebo o subsídio pelos dois empregos?

Sou auxiliar do serviço doméstico e trabalho, já há muitos anos, para dois empregadores diferentes. Trabalho quinze horas por semana fazendo apoio domiciliário para uma associação da Spitex. Além disso, trabalho numa casa particular durante quatro horas por semana. Na quinta-feira passada tive um acidente: caí de bicicleta e desloquei o ombro. A minha médica passou-me baixa a 100% até ao final de Junho. Recebo um subsídio salarial do seguro de acidentes?

Philip Thomas: Sim. Na Suíça, todos os trabalhadores estão obrigatoriamente segurados contra acidentes. O seguro cobre acidentes de trabalho, acidentes não profissionais e doenças profissionais. No entanto, para trabalhadores a tempo parcial, os acidentes não profissionais só são obrigatoriamente segurados se o tempo de trabalho semanal for de, pelo menos, oito horas e se trabalharem estas oito horas para o mesmo empregador. De qualquer forma, os acidentes a caminho do trabalho estão sempre cobertos pelo seguro obrigatório contra acidentes. Uma vez que trabalha quinze horas por semana para a Spitex, receberá as prestações de seguro estabelecidas por lei. É irrelevante se o acidente ocorreu a caminho do trabalho ou durante os tempos livres. O seguro de acidentes da Spitex é responsável pelo pagamento das prestações. Irá pagar-lhe um subsídio diário correspondente a 80% dos seus rendimentos segurados. O subsídio diário é calculado com base nos dois rendimentos que recebe.

(Work, 4. 12 2020)

Horário de trabalho reduzido: qual é o montante do subsídio para horário de trabalho reduzido?

Trabalho como vendedora de sapatos numa pequena loja em Berna. Devido às novas medidas relacionadas com o coronavírus, a loja fica encerrada a partir de 18 de Janeiro de 2021. A minha chefe inscreveu-me a mim e às minhas colegas de trabalho para recebermos o subsídio de horário de trabalho reduzido. A minha colega disse-me que vamos receber 100% do salário, porque temos um salário muito baixo. Isto é verdade?

Montaña Martín: Depende do salário que recebe. Com o subsídio de horário de trabalho reduzido os trabalhadores recebem, em princípio, 80% da perda de rendimentos causada pelo horário de trabalho reduzido. Os complementos regulares acordados contratualmente também serão tidos em conta. No entanto, com a pressão exercida pelos sindicatos, foi decidido em Dezembro uma maior compensação para horário de trabalho reduzido para os trabalhadores com salários baixos. Para os trabalhadores com rendimentos até CHF 3470, o subsídio por horário de trabalho reduzido é de 100% a partir do dia 1 de Dezembro. Para rendimentos superiores a CHF 3470 e inferiores a CHF 4340, o subsídio em caso de perda total de rendimentos é de CHF 3470. Para salários superiores a CHF 4340, o subsídio é normalmente de 80%. A avaliação dos salários a tempo parcial é feita com base no salário a tempo inteiro. Deve também ser referido que, durante o horário de trabalho reduzido, as contribuições para os seguros sociais são pagas na totalidade, ou seja, da mesma forma antes do horário de trabalho reduzido. Isto aplica-se, entre outros, à AHV/IV-AVS/AI, ALV/AC/AD, seguro de acidentes e prestações para a previdência profissional. Para mais informações consulte: <https://www.arbeit.swiss/secovalv/de/home/menue/unternehmen/versicherungsleistungen/kurzarbeit-covid-19.html>.



Coronavírus: o que tem de saber

- O meu empregador não me pagou o salário do último mês. O que posso fazer?
- O meu empregador pode obrigar-me a ser vacinado?

As respostas a estas e muitas outras questões sobre o coronavírus e os seus direitos no trabalho podem ser encontradas em várias línguas na página de internet do Unia. Em português: **Coronavírus, em português – Unia, die Gewerkschaft**

Em 2021, faça uma formação com Progresso Para trabalhadores da hotelaria e restauração sem diploma

Trabalhadores e trabalhadoras qualificados/as têm mais oportunidades profissionais e trazem mais produtividade e qualidade para a empresa. Isto é ainda mais válido na actual situação e para o tempo depois da pandemia. Graças a uma formação, pode melhorar o seu profissionalismo e ser mais eficiente, vender melhor a oferta da empresa e tornar-se mais versátil, ajudando assim a reduzir a pressão sobre a equipa e aumentando a satisfação dos clientes. Todos ficam a ganhar!

Ainda não tem qualquer diploma na hotelaria e restauração? Então a formação básica Progresso, reconhecida em toda a Suíça, é ideal para si. Em todas as regiões há programas de formação para as áreas cozinha, serviço de mesa e economia doméstica. Recomendamos que, ao inscrever-se, o faça logo para as três partes do curso. Assim, a sua empresa pode melhor planear as suas ausências.

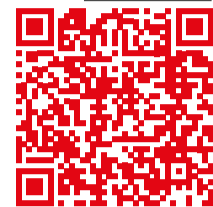
Progresso é financiado pelo programa de formação contínua www.weiterbildung-inklusive.ch. Graças ao contrato colectivo da hotelaria e restauração (CCNT), Progresso (valor CHF 3450.-) é gratuito para trabalhadores obrigatoriamente sujeitos ao CCNT. Além disso, são assumidos pelo fundo paritário os custos para o manual do curso, alimentação e eventuais dormidas fora de casa, bem como uma generosa parte dos salários dos formandos.

O que é que aprende no curso e o que é que tem de saber para o exame? Mais informações nos vídeos que encontra em: [Weiterbildung inklusive - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=...)

Inscrições e mais informações:

Tel. 041 392 77 77, progresso@hotelgastro.ch,

www.mein-progresso.ch



Opinião – Eleições para o Presidente da República Eleitores na Suíça votaram contra imigrantes

No dia 24 de Janeiro de 2021, os eleitores portugueses em todo o mundo foram chamados a eleger o Presidente da República. A maioria dos eleitores apostaram na estabilidade, por isso Marcelo Rebelo de Sousa foi reeleito sem grandes surpresas à primeira volta com 60,7% dos votos. Chocante nestas eleições foi que o candidato da extrema-direita, André Ventura, tenha tido tão bons resultados.



As eleições para o Presidente da República realizaram-se num difícil momento para os portugueses, com a pandemia a flagelar o país com toda a virulência. Talvez este factor explique a abstenção ainda mais elevada do que em outros anos (só 39,5% dos eleitores foram votar). E talvez por ser um momento de crise, os eleitores tenham optado pela continuidade, dando a maioria absoluta ao Presidente em funções.

Choque do voto na extrema-direita

No entanto, estas eleições também tiveram uma vertente chocante. Porque os resultados do candidato da extrema-direita, André Ventura, demonstraram que o apelo da direita iliberal, autoritária e mesmo fascista demorou a chegar a Portugal, mas que o país não lhe é imune. Que um representante da extrema-direita xenófoba e bafieta tenha obtido quase 12% dos votos nestas eleições não é um acidente de percurso. É uma

realidade preocupante sobre a qual temos de reflectir. Porque a História e o presente estão cheios de avisos para os perigos deste discurso e desta política. Por ex., vimos que este discurso quase matou a vontade do povo nos Estados Unidos. Vemos na Hungria, um país europeu, como a liberdade do povo é reprimida, chegando mesmo a justiça a ser o braço prolongado do partido no governo.

Há quem justifique os resultados: as pessoas estarão revoltadas, descontentes, sentem-se abandonadas pelo poder político. Mas será que isso explica que votem num candidato que fala contra mulheres, pessoas pobres, minorais? Um político que, num país democrático, quer destruir a Constituição (a nossa lei fundamental, que garante o estado de direito e os nossos direitos básicos)? Como justificar o apoio a um político que quer voltar à ditadura do Estado Novo? Eu não tenho resposta para estas perguntas. Mas sei que um regime político que persegue pessoas pelas suas convicções políticas, que quer eliminar minorias, que baseia a sua acção na desigualdade social e na exploração dos mais desfavorecidos não é o que desejo para o meu país.

Votos dos emigrantes

Pelo ciclo da Europa, foi na Suíça que o político de extrema-direita obteve melhores resultados (24,5%). Este resultado causa-me preocupação e estranheza. Reconheço-me

nos princípios do Unia, que defende os direitos de todos os trabalhadores é contra discriminações. Porque se reconhece numa tradição humanista, em que a solidariedade e o respeito por cada pessoa, com todas as suas diferenças, é a base do bem-estar e de uma vivência social pacífica. Preocupa-me que portugueses na Suíça pareçam ignorar o facto de a extrema-direita do país desde os anos 90 do século passado mobilizar contra os imigrantes. Preocupa-me que os imigrantes na Suíça, que são uma força de trabalho significativa e um fator decisivo para o sucesso do país, sejam sujeitos a uma lei de estrangeiros discriminatória e que, simultaneamente, um grupo de portugueses apoie um candidato português que sonha com o mesmo para Portugal. Preocupa-me ver como aos portugueses são tantas vezes negados os seus direitos fundamentais na Suíça e, ao mesmo tempo, alguns portugueses votem num candidato a Presidente que defende exatamente o mesmo para as minorias em Portugal. Os portugueses que votaram neste candidato são imigrantes, fazem parte de uma minoria na Suíça. São e somos todos nós alvos de um discurso da extrema direita suíça que tem como principal objetivo a extrema-direita do país desde contra os imigrantes. Seria bom estes portugueses entenderem que votaram contra si próprios e contra todos nós.

Marília Mendes